



# **Prefeitura Municipal de Cambé**

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração

LEI Nº 2.841, de 14 de julho de 2017.

EMENTA: Define obrigações de pequeno valor nos termos do artigo 100, §3º da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBÉ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º No âmbito do Município de Cambé, suas autarquias e fundações, ficam definidas como obrigações de pequeno valor a que alude o parágrafo 3º do artigo 100 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, os créditos oriundos de decisão judicial transitada em julgado cujo valor atualizado, por beneficiário, seja correspondente no máximo ao montante de 14 (quatorze) vezes o valor do salário mínimo nacional vigente à época do requerimento.

§ 1º Para fins de delimitação do limite previsto no *caput*, considerar-se-á:

- I – caso tenha havido execução de sentença no processo judicial, a data da preclusão da discussão quanto ao valor devido; e
- II – caso tenha sido realizado requerimento administrativo sem a prévia execução de sentença, a data do protocolo do pedido.

§ 2º Em caso de litisconsórcio será considerado o valor devido a cada litisconsorte de forma autônoma para fins de verificação do limite a que alude o *caput*.

§ 3º Os honorários de sucumbência, as custas e as despesas processuais deverão ser considerados, de forma individual, como parcela autônoma do valor devido, para fins de classificação do requisitório como de pequeno valor.

§ 4º Observado o disposto no parágrafo anterior, para fins de requerimento, é lícita a atribuição da qualidade de beneficiário aos advogados, cartórios cíveis e peritos, dentre outros, no que tange aos honorários sucumbenciais, custas e despesas processuais ou ainda honorários periciais, conforme o caso.



# **Prefeitura Municipal de Cambé**

ESTADO DO PARANÁ

**Secretaria Municipal de Administração**

Art. 2º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, na forma do art. 17, da Lei Federal nº 10.259/2001.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Fazenda e os órgãos financeiros da Administração Indireta, Autárquica e Fundacional, antes de proceder ao pagamento de Requisição de Pequeno Valor - RPV, deverão verificar se o beneficiário é devedor junto ao Município de Cambé, suas autarquias e fundações.

Parágrafo Único. Existindo débito em nome do beneficiário do pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV junto à Administração Municipal Direta, Autárquica ou Fundacional, é facultado ao beneficiário requerer a compensação com o valor da Requisição de Pequeno Valor - RPV.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, não se aplicando, porém, as Requisições de Pequeno Valor já expedidas pelo juízo da execução.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.684/2003.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CAMBÉ, aos 14 de julho de 2017.

  
José do Carmo Garcia  
**Prefeito Municipal**

PUBLICADO NO JORNAL  
Oficial do Município de Cambé

Nº 427 pág 09 de 16 / 07 / 2017